



RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 26/2021/TCMPA, de 15 de dezembro de 2021

EMENTA: [APROVA O PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO – PAF DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ – TCM PA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022.](#)

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do [art. 2º, II, da Lei Complementar nº 109, de 27 de dezembro de 2016](#) e dos [artigos 3º e 4º, do Regimento Interno \(Ato nº 23/2020 e atualizações\)](#), por intermédio desta Resolução Administrativa de cumprimento obrigatório;

CONSIDERANDO, a missão institucional desta Corte de Contas de assegurar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade, sob os princípios da legalidade, economicidade, eficiência, eficácia, efetividade, publicidade, impessoalidade e moralidade, exercida mediante o Controle Externo da Administração Pública, com a finalidade precípua de aperfeiçoar o Estado brasileiro;

CONSIDERANDO, a aprovação da [Resolução Administrativa nº 19/2019/TCMPA](#) que instituiu a obrigatoriedade de aprovação e regulamentação do **Plano Anual de Fiscalização – PAF**, no âmbito do TCM PA; e

CONSIDERANDO, por fim, a proposta do Plano Anual de Fiscalização referente ao exercício de 2022 encaminhada pelo Conselho de Controle Externo, devidamente apreciada pelo Colegiado em Reunião Administrativa realizada em 08 de dezembro de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Anual de Fiscalização – PAF 2022 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, anexo a esta Resolução Administrativa, sendo dela parte integrante.
(<https://drive.google.com/file/d/1M7C5kTmwcVTK0f8rH8hRc9PSFsvQsQL/view?usp=sharing>)

Art. 2º Para fins desta Resolução considera-se:

I - Ordem Técnica Interna de Serviço (OTIS): instrumento interno de trabalho, destinado à regulamentação, definição e fixação dos critérios de atuação do controle externo, para cada área específica de fiscalização prevista na vigência do PAF.

II - Ordem de Serviço (OS): instrumento interno de trabalho, destinado à orientação das equipes técnicas do TCM PA, quanto aos procedimentos de fiscalização, previstos na vigência do PAF.



Art. 3º As fiscalizações dispostas nesta Resolução serão precedidas por emissão de Ordem Técnica Interna de Serviço - OTIS, de uso restrito desta Corte de Contas, a qual será aprovada em reunião administrativa até o final de janeiro de 2022.

Art. 4º Fica delegada à Diretoria de Planejamento, Assessoramento, Monitoramento, Fiscalização e Controle Externo do TCMPA - DIPLAMFCE, após ciência do Relator, na forma do [art. 64, incisos X a XIII, da Resolução Administrativa Nº 01/2021/TCMPA](#), a competência para expedição de atos de alerta, notificações e/ou outras comunicações aos Prefeitos Municipais e demais ordenadores, bem como aos responsáveis pelos Controles Internos dos Poderes Públicos Municipais, objetivando o específico e exclusivo cumprimento das disposições estabelecidas por esta Resolução Administrativa.

Art. 5º Os casos omissos, de repercussão específica, em caso concreto, serão submetidos à decisão monocrática do Conselheiro-Relator, enquanto os demais, de repercussão geral, serão submetidos à apreciação e deliberação do Tribunal Pleno.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 15 de dezembro de 2021.

MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ
Conselheira/Presidente do TCMPA

ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES
Conselheiro/Vice-Presidente do TCMPA

FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO
Conselheiro/Corregedor do TCMPA

LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR
Conselheiro/Ouvidor do TCMPA

SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES
Conselheiro/Presidente da Câmara Especial do TCMPA

JOSÉ CARLOS ARAÚJO
Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial do TCMPA

LÚCIO DUTRA VALE
Conselheiro